

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Informação Tecnológica

PqEB – Parque Estação Biológica, Av. W3 Norte (final)
CEP 70770-901 – Brasília, DF
Fone: (61) 448-4236 – Fax: (61) 340-2753
www.sct.embrapa.br
vendas@sct.embrapa.br

Embrapa Cerrados

BR 020, Km 18, Rodovia Brasília/Fortaleza
Caixa Postal 08223
CEP 73301-970 – Planaltina, DF
Fone: (61) 388-9898 – Fax (61) 388-9879

Supervisão editorial

Nilda Maria da Cunha Sette

Revisão de texto

Maria Helena Gonçalves Teixeira
Jaime Arbués Carneiro

Normalização bibliográfica

Dauí Antunes Corrêa

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Wellington Cavalcanti

Capa

Chaile Cherne Soares Evangelista

Ilustração da capa

Jacques Mercoiret

Ilustrações

Jacques Mercoiret

Tratamento das ilustrações

Wellington Cavalcanti

Impressão e acabamento

Embrapa Informação Tecnológica

1ª edição

1ª impressão (2003): 1.000 exemplares

Direitos reservados

A reprodução de partes do texto é autorizada desde que mencionada a fonte.

**CIP. Brasil. Catalogação-na-publicação.
Embrapa Cerrados.**

S 751a

Sperry, Suzana.

Associação de pequenos produtores rurais. / Suzana Sperry,
Jacques Mercoiret. – Planaltina, DF : Embrapa Cerrados, 2003.
130 p.

ISBN 85-7075-018-8

1. Produtor rural - cooperação. 2. Associação rural.
3. Organização de produtores rurais. 4. Sociologia rural.
I. Mercoiret, Jacques. II. Título.

306.344 - CDD 21

© Embrapa 2003

APRESENTAÇÃO

Esta publicação mostra resultados dos estudos, pesquisas e atividades de campo praticados desde 1993 pela Embrapa Cerrados, em parceria com o Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement-CIRAD, com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás EMATER-GO e com o Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável-PNFC (PNUD BRA-97/015) do Ministério da Agricultura.

Com o negócio agrícola em expansão, aumentou a necessidade de os agricultores manterem-se informados sobre as inovações e utilizarem novas tecnologias, conhecerem fontes externas para aquisição de insumos e comercialização da produção. Determinadas operações, como o preparo dos solos, a irrigação, a colheita mecanizada, o armazenamento e o transporte, aumentaram em importância e complexidade. Como essas necessidades não poderiam ser supridas dentro dos limites da propriedade (no caso dos pequenos agricultores) filiarem-se a sistemas complexos de organização foi a forma encontrada para alcançarem seus objetivos e para participarem dos atuais programas de desenvolvimento econômico. A organização coletiva permitiu que assumissem novas iniciativas e adquirissem capacidade profissional e administrativa para manejar negócios e escolher os serviços mais adequados para atender às suas necessidades.

Com o passar do tempo, sentiram que pertencer a apenas uma associação tornava seu âmbito de atuação muito restrito e passaram a operar em unidades maiores e mais centralizadoras, vinculando suas associações a um órgão coordenador municipal (ligado a um órgão estadual que, por sua vez poderá filiar-se a um órgão nacional, para representá-los ao nível de País. A criação desse complexo sistema de organizações foi um marco decisivo para integrar os pequenos produtores aos programas de desenvolvimento. Observando essa

realidade, não restam dúvidas de que especializar os agricultores, orientando-os no sentido de utilizarem de maneira mais eficiente os recursos colocados à sua disposição, foi o que os levou a assumirem a nova forma de organização.

Acabaram-se os tempos em que a agricultura familiar era dominada por princípios paternalistas, por doações a fundo perdido ou pelos uso de equipamentos coletivos que não atendiam às necessidades do grupo. Hoje, a prestação desses serviços é de responsabilidade de agricultores organizados que assumem uma participação coletiva na produção, na aquisição de insumos, na manutenção de máquinas e equipamentos, na gestão e prestação de serviços e na colocação de produtos no mercado.

As sugestões aqui apresentadas pretendem facilitar a criação e o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos agricultores e suas famílias em associações ou outras formas coletivas de organização. Os autores agradecem aos filiados as mais de cem associações de pequenos produtores rurais do Estado de Goiás, criadas nos Municípios de Silvânia, Vianópolis, Luziânia, Orizona e Cristalina que tornaram possível a elaboração deste livro.

Carlos Magno Campos da Rocha
Chefe-Geral da Embrapa Cerrados

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| A CRIAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO | 14 |
| Modelo de ata de fundação | 15 |
| Modelo de ata de reuniões ordinárias | 17 |
| OS OBJETIVOS DAS ASSOCIAÇÕES | 18 |
| OS REGULAMENTOS DAS ASSOCIAÇÕES | 21 |
| O Estatuto | 23 |
| Assembléia-geral | 24 |
| Diretoria-executiva | 25 |
| Conselho-fiscal | 25 |
| Os regulamentos para as ações coletivas | 27 |
| A TOMADA DE DECISÃO | 32 |
| AS REUNIÕES | 35 |
| Como planejar a agenda | 35 |
| Como animar reuniões | 39 |
| Algumas dinâmicas para animar as reuniões | 42 |
| Como tratar diferentes tipos de sócios durante a reunião | 42 |
| Como organizar diferentes tipos de reunião | 43 |
| O DIAGNÓSTICO | 48 |
| O PROGRAMA DE TRABALHO | 51 |
| OS RELATÓRIOS | 54 |
| Como efetuar um relatório | 55 |
| OS CONFLITOS NA ASSOCIAÇÃO | 57 |

| | |
|--|-----|
| Como administrar os conflitos | 59 |
| AS ASSOCIAÇÕES DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS | 61 |
| A evolução do movimento associativo dos pequenos agricultores | 61 |
| Fatores que levam os agricultores a filiar-se às associações | 64 |
| O ESTÍMULO EXTERNO À CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÕES | 68 |
| Como estimular os interessados para organizar-se coletivamente | 70 |
| A ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL E A ASSOCIAÇÃO | 71 |
| Como organizar um programa de formação | 74 |
| AS AÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO | 75 |
| Como planejar uma ação coletiva de trabalho | 80 |
| RELACIONAMENTO INTERPESSOAL DOS ASSOCIADOS | 83 |
| Como construir um sociograma | 87 |
| AS MULHERES NA ASSOCIAÇÃO | 89 |
| OS JOVENS NA ASSOCIAÇÃO | 94 |
| Como organizar um programa coletivo de trabalho para jovens | 98 |
| O RELACIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO COM O MEIO EXTERNO | 100 |
| A associação e o plano de desenvolvimento regional | 102 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 105 |
| ANEXOS | 107 |
| ANEXO I | 109 |
| ANEXO II | 111 |
| ANEXO III | 113 |
| ANEXO IV | 119 |
| ÍNDICE DE ASSUNTOS | 123 |

INTRODUÇÃO

Uma organização social é um tipo de instituição produtora de bens ou de serviços que, desde o século 19, começou a ser mais conhecida pelo nome genérico de ORGANIZAÇÃO.

A sociedade industrial depende dessas instituições: os indivíduos nascem em uma delas (maternidade ou hospital) e continuam convivendo, participando e usufruindo dos benefícios proporcionados por algum tipo de organização social, seja ela escolar, universitária, prestadora de serviços, bancária, profissional, comercial ou cultural. O homem busca essa forma de convivência porque é um ser social e depende do ambiente e dos indivíduos que o cercam.

A organização social é um meio ou um instrumento e define-se pelo conjunto das atividades mantidas por grupos ou pessoas relacionadas a uma determinada ação coletiva. Não corresponde a simples soma de algumas pessoas. Pode constituir-se de diferentes escalas sociais como, por exemplo, a familiar (diversas famílias que vivem juntas ou todas as pessoas que vivem em um mesmo endereço); o bairro ou a comunidade (indivíduos com laços de parentesco ou de vizinhança); a microrregião (quando indivíduos de algumas cidades, por exemplo, decidem resolver algum problema comum); entre países (governos ou instituições de dois ou mais países que buscam soluções para um problema comum).

As organizações sociais originam-se de um problema (ou de um conjunto de problemas) que apenas pode ser resolvido coletivamente. Dependem dos indivíduos que as instituem e do contexto em que forem instaladas (cultural, histórico ou político). Podem assumir diferentes formas, pois se relacionam com o objetivo para o qual foram criadas. As organizações profissionais mais conhecidas são:

- **O sindicato** - sociedade civil (sindical), sem fins lucrativos que visa a promover a defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos de determinada